

Ata N.º	18/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	30

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 18/2016 DE 16 DE SETEMBRO

Aos **dezassexis** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e dezassexis**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima oitava reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e não pública, sob a presidência do Sr. Dr. **José Morgado Ribeiro**, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a **Delfina Maria da Fonseca Gomes**, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º **João Reis Paulo**, Vereador em regime de meio tempo, Sr.^a Dr.^a **Liliana Ferreira Soares**, em substituição do Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência, a pedido deste, por não poder estar presente, e a Sr.^a Dr.^a **Raquel da Cunha Lourinho**, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste, por não poder estar presente, sendo as substituições, em ambos os casos, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicações escritas remetidas por correio eletrónico em 06 e 14 de setembro, de que o Executivo tomou conhecimento. --

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pelo Assistente Técnico Sr. Vitor Manuel Ferreira Marques.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Arranque do ano letivo de 2016/2017.** -----

----- O Sr. Presidente referiu que o arranque do ano letivo de 2016/2017 na área do Município decorreu com toda a normalidade, como aliás se tem verificado a nível do País conforme tem vindo a ser relatado nos meios de comunicação. Informou também que o procedimento de concurso público para adjudicação da empreitada de requalificação da Escola EB1 e Jardim de Infância de Vila Nova de Paiva ainda não foi lançado porque se está a aguardar o parecer (obrigatório) sobre o projeto da obra da DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, do Ministério da Educação.

----- **b) Passeio Sénior 2016.** -----

----- O Sr. Presidente informou a Vereação que se encontram abertas inscrições para o Passeio Sénior 2016 da iniciativa da Câmara Municipal, que se realizará no próximo dia 24 de setembro, com visita à Quinta da Malafaia, em Esposende, com paragem em Santa Maria da Feira. O preço por pessoa é de cinco euros, que inclui o transporte, almoço, lanche e animação na referida quinta. -----

----- **c) Remodelação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Vila Nova de Paiva.** -----

----- O Sr. Presidente informou a Vereação que se encontra a decorrer o prazo de apresentação de propostas ao procedimento de concurso público para adjudicação da empreitada da obra em epígrafe. -----

----- **d) Festival do Pão e XXXIII Festival de Folclore de Vila Cova à Coelheira.-**

----- O Sr. Presidente referiu que o evento em epígrafe realizado na vila de Vila Cova à Coelheira nos passados dias 10 e 11 do corrente mês de setembro, da iniciativa da Câmara Municipal, com a colaboração da Junta de Freguesia e do Grupo Cénico Cultural e Recreativo de Vila Cova à Coelheira, foi um sucesso quer pelo número de expositores quer pelo número de visitantes, o que se traduziu numa boa iniciativa para a dinamização da Freguesia. -----

----- A Sr. Vereadora substituta Liliana Soares enalteceu a iniciativa, pela evolução e adesão que tem vindo a ter, estando as entidades organizadoras de parabéns, devendo esta iniciativa continuar a bem da Freguesia e do Município. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia dois de setembro de 2016,** aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião em epígrafe. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, Dr. José Morgado, e as Sr.^{as} Vereadoras Liliana Soares e Raquel Lourinho não participaram na votação da ata, por não terem estado presentes naquela reunião. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Plano de Transportes Escolares (PTE) para o ano letivo 2016/2017 – Apreciação e votação** - Informação N.º01/USC-16/17, de 08 de setembro de 2016, da Unidade Social e Cultural. -----

Ata N.º	18/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	30

----- O PTE proposto prevê os circuitos de transporte escolar para 363 crianças e alunos, distribuídos pela Educação Pré-Escolar (24), 1.º CEB (63), 2.º CEB (63), 3.º CEB (122) e Ensino Secundário (91). Dos 276 alunos dos 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário a transportar, 48 alunos são oriundos de localidades fora da área do Município. -----

----- Prevê-se uma despesa com passes escolares no montante de € 68.998,48, para uma previsão de 171 dias letivos. -----

----- A Sr.ª Vereadora substituta Raquel Lourinho referiu da necessidade de acautelar algumas das paragens para recolha de crianças em transporte escolar na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, dada a distância que neste momento dista das casas de algumas crianças para as paragens atualmente fixadas. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após análise da proposta de Plano de Transporte Escolar para o ano letivo de 2016/2017, o Executivo deliberou por unanimidade aprovar o referido PTE. -----

----- **b) Casa do Povo de Vila Nova de Paiva** – Por ofício n.º MA/10/16, de 18 de março de 2016, registado em 21 de março, dão conhecimento da realização de prova de BTT e Trail, nos dias, respetivamente, 02 e 23 outubro de 2016, e solicitam colaboração logística e financeira da Câmara Municipal para a realização dos eventos – Informação n.º 31-USC-16, de 24-03-2016, da Unidade Social e Cultural (USC). ----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante global de dois mil euros, correspondente a mil euros para cada atividade, a processar no início do próximo mês de outubro. -----

----- **c) Sport Clube Paivense, de Vila Nova de Paiva – Época desportiva de 2016/2017** - Por ofício registado em 29 de agosto de 2016, solicitam atribuição de subsídio referente ao apoio municipal para implementação das atividades desportivas das camadas jovens do Clube para a época desportiva de 2016/2017. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de trinta e oito mil euros, a processar em oito prestações mensais e sucessivas, com efeitos a partir do próximo mês de outubro, sendo de cinco mil euros as primeiras sete prestações e de três mil euros a última prestação. -----

----- **d) Associação “ As Capuchinhas “ de Pendilhe** – Por ofício registado em 29 de agosto de 2016, solicitam apoio financeiro para a restauração do telhado da sede do grupo e para a compra de trajas para o Rancho Folclórico. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de mil euros, a processar no próximo mês de outubro. -----

----- **e) Serviço de Transporte Escolar do ano letivo de 2016/2017** – Renovação com a sociedade Transdev Interior, S.A. do Protocolo celebrado em 30 de Agosto de 2006, para o serviço de transporte escolar do ano letivo de 2016/2017. -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 13 de setembro de 2016, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. Em 30 de Agosto de 2006, entre este Município e a firma transportadora E.A.V.T. – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda, de Lamego, foi lavrado um protocolo que entrou em vigor no dia 1 de Setembro de 2006, válido por um ano, com possibilidade de renovação, tendo em vista:

a) Promover a manutenção de transportes regulares locais, em carreiras públicas, incluindo percursos não concessionados na área do Município, mas cuja concessão a transportadora solicitou junto das entidades públicas competentes (na época a DGTTF – Direcção-Geral de Transportes Terrestres e Fluviais, sucedendo-lhe atualmente o IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., satisfazendo assim necessidades de transporte, nomeadamente escolar, anteriormente executado em circuitos especiais, quer municipais quer em regime de aluguer;

b) Manter os transportes regulares locais nos períodos não lectivos (interrupções letivas), evitando a eventual suspensão de carreiras regulares, por exploração deficitária nesses períodos, proporcionando assim aos munícipes a continuidade de transporte regular em carreiras públicas.

2. Conforme cláusula 1.ª do Protocolo, o Município compromete-se a pagar uma verba por cada dia lectivo, dividida em duas facturas: a primeira correspondente ao valor dos passes escolares emitidos mensalmente e requisitados pela Câmara Municipal (por força do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro) e, a segunda, correspondente à compensação financeira do serviço público de transporte, cujo valor será igual à diferença entre o valor dos passes e o valor por dia lectivo a receber pela transportadora, compensação essa legalmente admissível ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 1.191/69 do Conselho, de 26 de Junho de 1969, relativo a obrigações inerentes à noção de Serviço Público no domínio, entre outros, dos transportes rodoviários, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 1.893/91 do Conselho, de 20 de Julho de 1991, e posteriormente pelo Regulamento (CE) n.º 1.370/2007 do

Ata N.º	18/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	30

Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, entrado em vigor em 3 de Dezembro de 2009, que permite a continuação da exploração dos serviços de transporte existentes durante um período transitório que termina em 2 de Dezembro de 2019 (conforme n.º 2 do art.º 8.º), período este em que as autoridades de transportes se devem adaptar às disposições daquele regulamento, como aliás concluiu o Conselho Diretivo do então IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, conforme ofício n.º 467/RJE/ASTP, de 31 de Agosto de 2011, recebido nesta Câmara Municipal em 6 de Setembro de 2011, na sequência de consulta efetuada.

3. O Protocolo tem vindo a ser renovado anualmente, com efeitos a 1 de Setembro, mediante adenda, por renovação autorizada por deliberação da Câmara Municipal.

4. Desde 1 de outubro de 2014 que a firma E.A.V.T. – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda, de Lamego, foi incorporada na sociedade Transdev Interior, S.A., com sede em Castro Daire, sucedendo àquela firma nos seus direitos e deveres enquanto empresa incorporante.

5. A sociedade Transdev Interior, S.A., por ofício n.º 181/CD/2016, de 9 de setembro de 2016, registado nesta Câmara Municipal em 12 de setembro, cuja cópia se anexa à presente proposta, vem comunicar, na sequência de negociações havidas, que para o ano letivo de 2016/2017 se propõe efetuar o transporte nos termos protocolados para o ano letivo transato.

6. Foi entretanto publicada a Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, alterada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, e que revoga a Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, e o Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948), não tendo contudo até à data sido publicada a respetiva regulamentação.

7. Importa para o ano letivo de 2016/2017 renovar com a sociedade Transdev Interior, S.A. o Protocolo anteriormente celebrado, sendo que aquela empresa continua a ser única transportadora concessionária de circulações de carreiras públicas regulares que percorrem a área deste Município, dando assim continuidade ao serviço de transporte protocolado, com manutenção das contrapartidas já acordadas em anos letivos anteriores, incluindo o transporte escolar dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) oriundos da povoação e freguesia de Pendilhe e as crianças da Educação Pré-Escolar oriundas das localidades de Lousadela e Queiriga da freguesia de Queiriga.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da competência para autorização de despesa conferida pelo art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pela alínea f) do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou em anexo o Código dos Contratos Públicos (CCP), delibere:

1.º) Autorizar a renovação com a sociedade Transdev Interior, S.A., de Castro Daire, do Protocolo celebrado em 30 de Agosto de 2006 com a então firma E.A.V.T., Lda, por mais um ano, com efeitos retroagidos a 1 de Setembro de 2016, nas seguintes condições, mantendo-se o demais clausulado e contrapartidas do Protocolo:

a) Pelos serviços prestados o Município pagará à sociedade Transdev Interior, S.A. a importância de € 1.147,50 (mil cento e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos) por cada dia letivo com efetivação de transporte escolar, à qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor de 6%, no montante de € 68,85 (sessenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos), totalizando o valor de € 1.216,35 (mil duzentos e dezasseis euros e trinta e cinco cêntimos), o que perfaz o montante total previsto de € 207.995,85 (duzentos e sete euros, novecentos e noventa e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos), incluído o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor de seis por cento, para uma previsão de 171 (cento e setenta e um) dias letivos (63 em 2016 e 108 em 2017), nos termos do Calendário Escolar para o ano letivo de 2016/2017 aprovado pelo Despacho n.º 8.294-A/2016 do Ministério da Educação, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 120, de 24 de junho de 2016.

b) Que a despesa mensal seja paga em duas faturas: a primeira correspondente ao valor dos passes escolares requisitados pela Câmara Municipal e emitidos pela firma e, a segunda, correspondente à compensação financeira do serviço e cujo valor será igual à diferença entre o valor dos passes e o valor por cada dia letivo a pagar à firma.

2.º) Aprovar a minuta da adenda (décima adenda) ao Protocolo anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante.”

----- DELIBERAÇÃO: Após algumas considerações, deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- f) Atribuição de livros escolares para o ano letivo de 2016/2017 – Atribuição de livros escolares aos alunos do 1.º CEB e manuais às crianças de cinco anos da Educação Pré-Escolar matriculados e inscritos nos estabelecimentos escolares da rede pública da área do Município. -----

Ata N.º	18/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	30

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 13 de setembro de 2016, do seguinte teor integral: -----

“ Considerando que:

a) De harmonia com a alínea e) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, compete às câmaras municipais aprovar a atribuição de auxílios económicos no âmbito do 1.º ciclo do ensino básico, poderes entretanto reforçados no domínio da ação social escolar pela alínea hh) do n.º 1 do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

b) Por sua vez, o atual regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios do âmbito da ação social escolar encontra-se estabelecido no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, alterado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016), que remete para despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, a regulamentação das normas para atribuição dos auxílios económicos (conforme art.º 30.º), vigorando, desde o ano letivo de 2015/2016, os termos do Despacho n.º 8.452-A/2015, publicado na 2.ª Série do diário da República n.º 148, de 31 de julho de 2015.

c) O referido Despacho estabelece os auxílios económicos aos alunos inseridos em agregados familiares carenciados, assim considerados os integrados nos primeiro e segundo escalões do abono de família, fixando os encargos com refeições, alojamento, livros e outro material escolar, conforme seu Anexo III, não apenas da responsabilidade da Ministério da educação, mas também dos Municípios relativamente aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB).

d) Entendeu o Governo, por força do art.º 127.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016), no ano letivo de 2016/2017, distribuir gratuitamente os manuais escolares a todos os estudantes do 1.º ano do 1.º CEB, inclusive aos alunos carenciados da responsabilidade dos Municípios, pelo que fica assim derogada a responsabilidade dos Municípios relativamente àquela comparticipação (mantendo-se a responsabilidade mínima relativa aos apoios em matéria de alimentação e material escolar).

e) Em vez da atribuição da comparticipação aos livros escolares prevista no Anexo III do Despacho n.º 8.452-A/2015, pode a Câmara Municipal deliberar sobre a atribuição, em espécie, do designado “kit pedagógico” aos alunos do 1.º ano do 1.º CEB (que não é fornecido pelo Ministério da Educação), e os livros escolares e “kit

pedagógico” aos demais alunos do 2.º, 3.º e 4.º ano do 1.º CEB, bem como a atribuição de manual de Inglês aos alunos dos 3.º e 4.º ano do 1.º CEB.

f) Será também de atribuir os manuais de iniciação à Matemática e à Língua Portuguesa às crianças dos cinco anos da educação pré-escolar.

g) Dada a conjuntura socioeconómica que ainda se vive no País, em particular nas regiões do Interior, e como forma de incentivo às famílias como tem sido prática nos últimos anos, poderá a Câmara Municipal ponderar atribuir os manuais referidos nas alíneas e) e f) anteriores, a todos os alunos do 1.º CEB e a todas as crianças de cinco anos da Educação Pré-Escolar, matriculadas e inscritas nos estabelecimentos de ensino da rede pública da área do Município.

h) O encargo total previsto com aquelas aquisições será de montante não superior a onze mil euros.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro, e alínea hh) do n.º 1 do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e Despacho n.º 8.452-A/2015, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 148, de 31 de julho de 2015, delibere autorizar, para o ano letivo de 2016/2017, a atribuição a todos os alunos do 1.º CEB e a todas as crianças de cinco anos da Educação Pré-Escolar, matriculadas e inscritas nos estabelecimentos de ensino da rede pública da área do Município, do seguinte material:

(i) “Kit pedagógico” aos alunos do 1.º ano do 1.º CEB;

(ii) Livros escolares e respetivos “kits pedagógicos” aos alunos do 2.º, 3.º e 4.º ano do 1.º CEB;

(iii) Manual de Inglês aos alunos dos 3.º e 4.º ano do 1.º CEB;

(iv) Manual de iniciação à Matemática e à Língua Portuguesa às crianças dos cinco anos da educação pré-escolar.”

----- DELIBERAÇÃO: Após algumas considerações, deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- g) Conhecimento da Informação sobre a Situação Económica e Financeira Municipal – 1.º Semestre de 2016 – Informação do Auditor Externo firma Fernando Peixinho & José lima, SROC, Lda. -----

----- DELIBERAÇÃO: O Sr. Presidente apresentou o documento, de que o executivo tomou conhecimento. -----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

Ata N.º 18/2016	
Livro N.º	Folha N.º
38	30

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

ENCERRAMENTO

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e vinte e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----